

Ibama interdita as obras da Cidade Continental

ALIS817

O Ibama embargou, ontem, as obras da Cidade Continental, em Bica, na Serra, que pertencem ao Consórcio Habitacional Capixaba que já havia sido autuado por desmate da área, sem autorização legal, e vinha desrespeitando um embargo anterior, do próprio órgão, desde o final do ano passado. Em meio a problemas administrativos registrados no Ibama e identificados por uma equipe interventora, descobriu-se que o processo estava paralisado e, só ontem, a nova superintendente, Alzira Almeida Pinto da Silva, determinou ação da fiscalização para coibir o abuso. Segundo ela, na próxima segunda-feira a equipe que atuará nas comissões de sindicância e inquérito administrativo, para apurar irregularidades apontadas pela intervenção, iniciará os trabalhos, com prazo de duração de 60 dias, prorrogáveis por mais 120.

Alzira Silva garantiu que, independentemente das comissões e das irregularidades, o Ibama voltará “à vida normal” a partir de agora. Ela admitiu dispor de um plano neste sentido, que envolve “o uso do que há de melhor no Ibama, em nível nacional”, também no Espírito Santo. Um dos setores-alvo será a fiscalização. A superintendente, que integrava, até sua indicação pela presidenta Maria Teresa Jorge Pádua, a equipe de procuradores do Ibama-Rio, diz que os fiscais do órgão, no Estado, “têm uma atitude tímida diante dos infratores”.

Tripudiando

Ela chega a dizer que os infratores da legislação ambiental no Espírito Santo “tripudiam” da fiscalização. Alzira Silva não criticou o nível técnico dos funcionários regionais, mas adiantou que, para mudar a situação, serão convocados fiscais do Ibama de outros Estados, como reforço da equipe local. Mas isso só acontecerá após a Eco-92 e com o fim da greve dos servidores. Ontem mesmo, a fiscalização foi acionada pela superintendente para embargar as obras do Consórcio Habitacional Capixaba.

Não houve autorização para o desmate da área, utilizada para a construção de 2.865 moradias e, a partir desta constatação, o Ibama autuou o consórcio, formado por seis construtoras, e embargou os trabalhos. Em sua defesa, as empresas alegaram que o desmate teria acontecido quando a área era ainda ocupada por invasores. A procuradoria jurídica do Ibama, no Estado, acatou o recurso e cancelou o auto. Mas, desde o final do ano passado, com o surgimento de novos fatos, o embargo foi novamente aplicado, sem ter sido, contudo, respeitado. O pro-

cesso, desde então, estava parado na superintendência.

Outra medida anunciada pela superintendente foi o pedido de informação feito pelo órgão à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) e à Capitania dos Portos, sobre a situação do navio maltês **Achileus**, encalhado próximo ao porto de Ubu. Alzira Silva garante que a carga, de **pellets**, é poluidora, não podendo atingir o mar, sob risco de causar dano ao meio ambiente. O armador também foi contatado, porque o Ibama quer saber tudo sobre as manobras que serão utilizadas para o desencilhe, sem reflexo ambiental.

Comissões

Ontem, a superintendente voltou a afirmar que não dispõe de informações sobre os prejuízos que as irregularidades, apontadas pela intervenção, geraram ao órgão. Ela adiantou, em relação ao processo 0509266, de 1984, envolvendo um desmate na área do presidente da Assembléia Legislativa, Valci Ferreira, — o documento sumiu na superintendência e a dívida, hoje estimada em Cr\$ 18 milhões, não foi cobrada — que será feita cobrança amigável da multa. “Como homem público, Valci Ferreira com certeza não se negará a pagar o débito”, disse ela.

As comissões de sindicância e inquérito administrativo vão ser formadas por Genésio Nollí Filho, Ricardo de Deus Cardoso e Jurema Couto Moraes, os dois primeiros do Ibama de Santa Catarina, e Jurema, do Rio de Janeiro. Durante a intervenção, que durou 20 dias e foi comandada por Paulo Benincá de Salles, foram constatadas diversas irregularidades, como o cancelamento não justificado de 250 processos, extravio de documentos e “esquema de sabotagem da administração”. Do esquema, fariam parte os procuradores Nailton Oliveira Crespo Filho, Adilson Lourdes da Silva e Lucas Lellis, o administrador Miguel Dalmelina, o zootecnista Lúcio Theodoro Jorge e o agente florestal Josequias Inácio. Todos foram afastados dos cargos, até que as comissões concluam os trabalhos de apuração dos fatos.

Ontem, o clima na superintendência do Ibama era de expectativa. Dois funcionários, Alfred o Antônio Netto e Selma Bara Melgaço, admitiram que as ingerências políticas no órgão causaram muitos problemas, defendendo a apuração das irregularidades e punição dos responsáveis. A própria superintendente, Alzira Silva, já admitiu que por trás de pressões políticas estaria o senador Gerson Camata (PDC). “Não tenho facção política”, disse ela.